



O INDIGENISMO BRASILEIRO NA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA (1941-1945)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3439

Danielle Thais Vital Gonçalves Longo, UEM

Resumo

O trabalho apresentado analisa o indigenismo brasileiro na revista *América Indígena*, que era um órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano. O Brasil foi um dos países que participou do Congresso Indigenista Interamericano, realizado em 1940 no México, que culminou na fundação do Instituto. O objetivo da pesquisa é analisar os artigos dos intelectuais brasileiros sobre a questão indígena que foram publicados na revista do órgão indigenista continental. O recorte temporal situa-se entre a fundação da revista, em 1941, até o fim Estado Novo brasileiro, em 1945.

Para realizarmos essa análise, tomamos como base a História Intelectual, por se tratar de uma revista que era publicada por intelectuais. Visamos captar o significado das intervenções dos intelectuais brasileiros dentro do contexto político-ideológico dos anos 40 no Brasil e averiguar quais as relações podem ser estabelecidas entre o indigenismo brasileiro e o interamericano, representado pelo Instituto.

A pesquisa está em fase inicial, então ainda não temos conclusões. Mas algo que já foi possível observar é que quase todos os artigos publicados por intelectuais brasileiros em *América Indígena* no período estudado apresentam a palavra “problema” em seu título, como “O problema da civilização dos índios no Brasil” e “Problemas indigenistas no Brasil”. A pesquisa buscará entender como esses intelectuais se posicionaram em relação ao que consideraram como “problemas”.

Palavras Chave:

Indigenismo;
Intelectuais; *América
Indígena*; Era Vargas.

Introdução

O tema do indigenismo está fortemente presente na história da grande maioria dos países do continente americano, considerando-se sua fundação na conquista e subjugação das populações nativas.

Apesar da grande diversidade dos nativos, o próprio cognome de “índios” originalmente foi aplicado de forma genérica pelo navegante europeu Cristóvão Colombo, em fins do século XV.

Desde aquela época, a partir do ponto de vista dos grupos dirigentes das sociedades que se constituíram na América, os “índios” têm sido encarados como um “problema”, prático ou conceitual, como bem aponta o historiador Emilio Kourí ao tratar sobre o tema. (KOURÍ, 2010)

De acordo com o Kourí, “a suposta alteridade histórica do indígena, postulada como a base de sua perene subjugação”, torna-se um elemento que exige “explicação, justificação, remédio ou solução”. No entanto as respostas dadas a essas questões variaram ao longo do tempo e tiveram expressões específicas em cada uma das sociedades onde se desenvolveram. E é justamente ao conjunto (heterogêneo) desses “conceitos, reflexões, análises, políticas e exortações a respeito do índio e de sua história” que se atribui a denominação o de “indigenismo”. (KOURÍ, 2010: 419)

No ano de 1940 foi criado o Instituto Indigenista Interamericano, como fruto do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, na cidade de Pátzcuaro. Dentro deste contexto, o Brasil foi um dos países participantes do Congresso. (GIRAUDO, 2011)

Procuramos, então, analisar como o indigenismo brasileiro se manifestou na revista *América Indígena*, que foi criada em 1941 como órgão oficial do

Instituto Indigenista Interamericano.

O marco cronológico da pesquisa situa-se entre a fundação da revista, em 1941 até o fim do Estado Novo brasileiro em 1945.

O tema do indigenismo, apesar da sua importância histórica, ainda é pouco estudado e no caso da revista *América Indígena* e de seu órgão editor, o Instituto Indigenista Interamericano, faltam trabalhos acadêmicos de historiadores brasileiros a respeito. Com relação à revista *América Indígena*, foi possível encontrar apenas alguns trabalhos do etnólogo mexicano Sergio Ricco (2015), que aborda especialmente o aspecto pedagógico envolvido no projeto do Instituto, utilizando principalmente os editoriais da publicação como fonte para compreender a política oficial do Instituto.

Assim, acreditamos que pela falta de estudos sobre o tema justifica a realização da pesquisa como uma contribuição para a historiografia.

Objetivos

Este trabalho aborda o indigenismo brasileiro na revista *América Indígena*, órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano, tendo como principal objetivo analisar os artigos dos intelectuais brasileiros sobre a questão indígena que foram publicados na revista.

Considerando o fato de que quase todos os artigos publicados por intelectuais brasileiros em *América Indígena* no período estudado apresentam a palavra “problema” em seu título, como “O problema da civilização dos índios no Brasil” e “Problemas indigenistas no Brasil”. Buscamos entender como esses intelectuais se posicionaram em relação ao que consideraram como “problemas”.

Assim, visamos produzir uma análise historiográfica da presença do indigenismo brasileiro em *América Indígena*, procurando identificar o projeto indigenista continental difundido pelo

Instituto Indigenista Interamericano através de sua publicação oficial, bem como identificar quais as personalidades do indigenismo brasileiro publicaram seus artigos em *América Indígena* e quais foram as principais questões relativas ao tema indígena no Brasil, difundidas por esses intelectuais na publicação continental.

Também buscamos identificar quais as relações podem ser estabelecidas entre o indigenismo brasileiro, representado na publicação interamericana, e o discurso oficial dessa instituição, difundido por meio de sua revista.

Resultados

O Instituto Indigenista Interamericano foi criado em 1940, como fruto do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México, sob convocação do então presidente Lázaro Cárdenas e dos indigenistas ligados ao seu projeto estatal, liderados por Moisés Sáenz. Esse Instituto de caráter interamericano, criado para tratar da questão indígena no continente foi fruto do projeto indigenista do cardenismo.

Durante o Congresso em Pátzcuaro, aprovaram-se direcionamentos para a criação de um conselho que estruturasse a criação de uma instituição que abrangesse a questão indigenista nos vários países do continente, o que veio a ser o Instituto Indigenista Interamericano. Este órgão já no ano seguinte a sua formação, deu início à publicação da revista *América Indígena*, em 1941. (GIRAUDO, 2010)

Mas, apesar da criação do Instituto e de sua publicação oficial terem sido encabeçadas por Moisés Sáenz, todo esse projeto político envolvido em sua idealização não foi o que, na prática se consolidou. Ainda no ano de 1941, a morte inesperada de Sáenz, que ocorreu em um momento de profunda mudança no panorama interno da política mexicana, com o fim do governo Cárdenas e de sua

política externa no continente, fizeram com que o Instituto Indigenista tomasse um rumo completamente distinto, passando à direção do antropólogo mexicano Manuel Gamio. Como destaca a historiadora Laura Giraudo (2010), a “mudança de orientação” na direção mexicana da instituição – com a ascensão de Gamio – “significou, em âmbito interamericano, o afastamento inexorável do indigenismo militante, político e social [representado por] Saénz”, culminando na consolidação do indigenismo enquanto um “campo” profissionalizado, dotado de uma “lógica específica”, ou seja, a científica, o que o teria convertido num campo autonomizado “suficientemente diferenciado [...] do campo político.” (GIRAUDO 2011, p. 87)

Segundo auto discurso do periódico e do Instituto, que aparece na contracapa da edição de apresentação da revista, o objetivo de *América Indígena* era o “intercâmbio de informações sobre a vida indígena [...] e da política e programas que estão sendo desenvolvidos em seu favor [nos diversos países].” Como se pode notar, tratava-se de uma abordagem bastante genérica sobre a questão indígena.

A partir dessa perspectiva o aspecto cultural ganhava preferência quase absoluta, o que condizia com a defesa feita pela publicação de que se estabelecesse o “Dia do Índio”, como sendo “uma jornada de diversão e entretenimento para todos os indígenas, de acordo com suas características culturais.” (*América Indígena*, Editorial, 1943, volume 1)

Com base nos editoriais podemos perceber qual era a perspectiva política, muito além de científica, assumida pelo Instituto e expressa em sua publicação oficial. Por exemplo, em um editorial de 1944, intitulado “O indígena frente ao Estado”, lemos que deveriam ser instituídas “legislações apropriadas que for[çass]em [os índios] a mudar seus costumes”. (*América Indígena*, Editorial, 1944, vol. 4)

Como se pode perceber, trata-se de uma postura bastante autoritária, já que a ideia era o Estado forçar os indígenas a mudarem sua cultura, de acordo com os interesses daqueles que faziam as legislações nacionais, ou seja, os não-indígenas.

Essa perspectiva é semelhante ao que verificamos a respeito da história da política indigenista brasileira no século XX.

Nos textos dos indigenistas brasileiros os povos indígenas do Brasil aparecem sempre na eminência de serem extintos e estes demonstram uma preocupação com a sobrevivência física dos indígenas, mas não com a preservação étnica, cultural, dos povos indígenas. Como aponta Antônio Carlos de Souza Lima (1987), o que está implícito nessa visão é:

a ideia de que a “salvação” física (enquanto unidades biológicas) dos povos indígenas asseguraria a sobrevivência cultural desejável: como origem e um componente parcial da nacionalidade. Assim se, por um lado a sobrevivência física é tomada como sinônimo de sobrevivência étnica, ela de fato a suprime, já que o final [desejado pelos indigenistas brasileiros] é a assimilação. (LIMA, 1987)

Durante o Estado Novo, a preocupação dos funcionários do Estado voltava-se para a unificação nacional, defesa territorial e configuração racial. Assim, sustentou-se o índio como um ícone que trouxe contribuições significativas à formação histórica e cultural brasileira. (GARFIELD, 2000)

Getúlio Vargas tinha como intuito, no seu projeto de nação, a construção de um Brasil novo que fosse mais independente economicamente, mais integrado politicamente e socialmente mais unificado, assim, os índios foram simbolicamente defendidos como os que continham “as verdadeiras raízes da brasilidade”, contribuindo assim para

fortalecer o ideal nacionalista. (Idem, p.14)

Vargas procurou demonstrar afeição pelos índios a fim de torná-los cidadãos produtivos e mostrar-lhes a necessidade do trabalho. Assim lhes prometeu terra e melhorias nos serviços públicos tais como transporte, saúde e educação. Este fim seria alcançado através do órgão federal SPI (Serviço de Proteção aos índios) remediado pelo governo. Porém o destino final era integração e assimilação dos mesmos à cultura brasileira (Idem, p. 24)

O governo, afinal, deu uma grande tarefa aos índios: tornar o interior produtivo, impedir as tramas imperialistas e garantir a “formação étnica” do Brasil. Para assistir os índios, o Estado iria ampliar para o sertão a rede de transporte, a saúde pública e educação para o sertão. Outros “problemas” tais como nomadismo, falta de disciplina no trabalho e a ausência de sentimento cívico seriam também remediados pelo governo. (GARFIELD, 2000, p. 24.)

Esse período de nossa história, o Estado Novo, é caracterizado por ter sido um regime autoritário e nacionalista em que o esforço do Estado estava voltado na consolidação do poder para redefinir o território nacional através de uma política de integração. É neste contexto que se insere a campanha do regime Vargas que buscava enaltecer simbolicamente o índio.

A política indigenista de Vargas encontrou um aliado em Candido Rondon, que foi o primeiro diretor do SPI, que já tinha sido estabelecido muito antes do Estado Novo, em 1910.

Sobre a criação e atuação do SPI, Lima (1987) destaca que as explicações tradicionais se concentram na ideia de que “homens excepcionais”, como Rondon, teriam se empenhado na “sensibilização do governo” pela causa pró-índio, “por profundo zelo humanitário”, e, então, o SPI seria resultado desta “campanha de opinião

pública”. Lima argumenta que, nessa interpretação, “subjacente está uma certa visão que se denuncia pela ausência da noção do Estado como categoria analítica e, portanto, da ideia de um conflito estrutural”, sendo assim, “mobilizar a elite (o governo) seria resolver a questão”. (LIMA, 1987)

Na perspectiva de Lima, o SPI surgiu não da atuação de “heróis”, como Rondon, mas

a partir de uma posição definida por agentes e agências situados no campo político, notadamente do aparelho do Estado, detentores de um capital político que lhes permitia arbitrar sobre um dos grandes temas do período, isto é, os limites da intervenção do Estado sobre a sociedade civil [...]. (LIMA, 1987)

O autor conclui que a criação do SPI surgiu da própria “expansão dos serviços do Estado Nacional” e destaca que “a ideia de uma agência similar” ao que veio a ser o SPI “achava-se planejada desde a instituição do MAIC [Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio] em 1906, e as reclamações quanto à necessidade de intervenção do Estado nas zonas pioneiras remontam a discussões no Congresso Nacional, em 1891.”

Durante o Estado Novo, Rondon, o primeiro diretor do SPI, aderiu à proposta política de Vargas e passou também a exaltar simbolicamente os índios, enaltecendo suas contribuições para a história brasileira e também defendendo o papel do Estado para a integração do Brasil. Assim disse Rondon num de seus discursos, em 1940:

Amigo, guerreiro, confidente e parceiro sexual, o índio deu assistência vital ao português em seu estabelecimento no Brasil. [...] Eles [os índios] nos deram a base do novo caráter nacional [...], bravura, generosidade e honestidade trazidos pelo índio à formação do nosso povo, eis que consideramos preciosos, tanto no passado como

ainda no presente. (GARFIELD, 2000, p.17)

Rondon e o SPI defendia que o índio deveria ser integrado à sociedade brasileira, pois sua integração beneficiaria os próprios indígenas, assim como toda a nação.

O Estado Novo representou a relação entre índios e o Estado-nação numa ótica romântica. Assim, decretou 19 de abril como o “Dia do Índio”, organizou exposições em museus, cerimônias públicas, entre outros eventos, a fim de engrandecer simbolicamente a figura do índio. Buscava-se passar uma mensagem de “benevolência” do regime Vargas e onipotência do SPI, que juntamente com o Estado iriam “civilizar” os índios e integra-los à nação brasileira. (GARFIELD, 2000, p.18-19)

O Estado Novo construiu a imagem do índio a partir das preocupações do momento, não apenas no Brasil, mas no mundo. A “paixão” do Brasil pelo índio na era Vargas estava relacionada, por exemplo, ao movimento continental de expansão de políticas indigenistas, conforme vemos no projeto indigenista continental que foi difundido pelo Instituto Indigenista Interamericano. Além disso, durante o Estado Novo o discurso enaltecido do indígena também repercutia o nacionalismo e as questões relativas a ele predominantes na política mundial da época: racismo, xenofobia e chauvinismo. (GARFIELD, 2000, p. 19-21)

No entanto, devemos destacar que todo esse discurso romantizado não priorizava exatamente o índio enquanto ser histórico e presente na sociedade brasileira, mais sim seu lugar simbólico no projeto de nação de Vargas. O índio histórico, vivo, na realidade, era visto como um “problema” a ser resolvido, visto como um peso morto para a nação, pois não representava nenhum progresso para a nação, conforme denúncia Ildefonso Escobar, membro do Conselho Nacional de Geografia, em 1941, ao dizer

que os índios permaneciam “ingênuos e contemplando a natureza enquanto todos os outros [grupos da sociedade] trabalhavam para progresso da nação.” (GARFIELD, 2000, p. 23)

Também o Coronel Themístocles Paes de Souza Brasil, funcionário do governo, escrevia, em 1937, sobre o índio:

Nada produz, nem suficiente para o próprio conforto, é nômade, não obedece a leis e nem deles tem conhecimento, não tem a noção de Pátria... tem o cérebro pouco evoluído, não estando em condições satisfatórias para assimilar de modo completo a educação e as outras exigências da nossa civilização. (GARFIELD, 2000, p. 23)

Era, portanto, necessário, de acordo com o projeto político oficial, incorporá-los definitivamente como trabalhadores para glória nacional. Os índios eram considerados como seres incompletos, incapazes. O Código Civil de 1916 definiu os índios como “relativamente incapazes” em relação às questões civis e, em 1928, os índios foram colocados sob um sistema de tutela federal, administrado pelo SPI.

Em um dos artigos sobre o Brasil publicado na revista *América Indígena*, Amílcar A. Botelho de Magalhães faz uma breve resenha sobre o contato do SPI com os índios Botocudos do Estado do Paraná. Este artigo intitulado “O problema da civilização dos índios no Brasil”, relata o massacre que os índios cometeram contra alguns fazendeiros e empregados do SPI.

Ao descrever o acontecimento, Botelho de Magalhães relata a atitude e bravura do encarregado Fioravante Esperança que trabalhava para o SPI, no Posto do Rincão do Tigre. Fioravante morreu durante o ataque dos índios e Botelho de Magalhães enaltece a lealdade do mesmo ao Serviço de Proteção aos Índios, ressaltando a conhecida divisa de Rondon: “Morrer se necessário for matar

nunca”. Também destaca a tristeza e injustiça que os índios cometeram em matá-lo, a quem tanto os devotara, fazendo até mesmo uma alusão de que a decepção teria sido semelhante à de Júlio Cezar ao ver Brutus entre os seus assaltantes. (*América Indígena*, 1944, vol. 3, p. 235)

A partir do relato apresentado no artigo, podemos perceber qual era o sentido político em difundir essa visão indigenista do Estado Brasileiro em uma revista de caráter continental. O engrandecimento do SPI, mostrado como benevolente e heroico no Serviço de Proteção aos Índios, é apresentado como parte do projeto desenvolvido pelo Estado Novo brasileiro, destacando seu esforço em civilizar os povos nativos, apresentados como, além de incivilizados, perigosos.

Considerações Finais

Estando a pesquisa em fase inicial, ainda não temos muitas conclusões. Mas, como já mencionado, algo que já foi possível observar é que quase todos os artigos publicados por brasileiros em *América Indígena* no período estudado apresentam a palavra “problema” em seu título. O que podemos perceber em relação a isso é que, durante o Estado Novo brasileiro, embora houvesse uma exaltação simbólica do índio como formador da história brasileira, a existência de indígenas reais, presentes na sociedade, era percebida como um “problema” para a integração nacional, um problema, portanto, que precisava ser solucionado para a efetivação do projeto político nacionalista de Vargas.

Pode-se perceber que existia uma preocupação muito maior com a sobrevivência física dos indígenas, pois, acreditava-se que, se eles fossem “civilizados”, poderiam contribuir para o progresso da nação. Essa “civilização” passava pela destruição da cultura e tradição das populações nativas.

A questão indigenista brasileira no período se inseria, portanto, na lógica de consolidar o projeto nacionalista, passando-se uma imagem bondosa do Estado e do Serviço de Proteção ao Índio, que nunca iriam matar os nativos. No entanto, não havia um questionamento sobre o fato de matarem a sua cultura. Como afirma Garfield (2000): “o abraço simbólico do índio pelo Estado Novo acabou por sufocá-lo. Esmagados pela retórica do governo, os índios teriam de lutar para expressar seus próprios pontos de vista em relação a sua terra, comunidade, cultura e história.” (GARFIELD, 2000, p. 24).

Referências

- GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 20, n° 39, 2000, p.15-42.
- GIRALDO, Laura. Un campo indigenista transnacional y “casi profesional”: La apertura en Pátzcuaro (1940) de un espacio por y para los indigenistas. In: GIRAUDO, Laura; MARTÍN-SÁNCHEZ, Juan. **La ambivalente historia del indigenismo: campo interamericano y trayectorias nacionales (1940-1970)**. Lima: IEP, 2011, p. 21-98.
- KOURÍ, Emilio. Manuel Gamio Y EL INDIGENISMO DE LA Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p.419-32.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (ed.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987